

Porto Alegre

OAB do Estado quer criação de CPI na segurança pública

Entidade entregou proposição nesta segunda para presidente da Assembleia Legislativa

Amilton Belmonte

24/10/2016 15:50

24/10/2016 16:49



Divulgação

Assembleia Legislativa, Porto Alegre

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RS) busca criar uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito na Assembleia Legislativa para debater e elucidar questões envolvendo a segurança pública no Estado, bem como do destino dos recursos para o setor. A Entidade entregou proposição nesta segunda-feira (24) para presidente da Casa, Silvana Covatti (PP). “Há uma promessa de campanha, até agora não cumprida, de priorizar a segurança. Mas por que dessa penúria que estamos vivendo, com milhares de vítimas da violência e criminalidade? Não dá mais para tapar o sol com a peneira, não há uma política e diretriz de segurança”, diz Ricardo Breier, presidente da OAB. Segundo Breier, mais de 100 entidades de diferentes setores apoiaram a

proposição.

Déficit previdenciário dos estados pode crescer 57% até 2020

Assembleia reabre processo e Jardel deve depor na próxima terça-feira

Cpers formaliza pedido de impeachment de Sartori



Camila Cabrera/OAB/Divulgação

Ricardo Breier, presidente da OAB/RS

A estratégia da OAB gaúcha é convencer dos parlamentares para a abertura da CPI devido a credibilidade dos deputados junto à população. “Os deputados, antes de qualquer coisa, são representantes da sociedade e depois dos partidos. Vamos cobrar que votem a favor, pois a CPI é um mecanismo democrático e justo e precisamos abrir a caixa preta da segurança”, resume Breier. Ele admite que deverá ter resistências a proposta, também gestada com o apoio das 106 subseções da OAB-RS.

Fazenda fala em transparência

Em evento na manhã desta segunda-feira (24) o secretário adjunto da Fazenda, Luiz Antônio Bins, foi questionado sobre a proposta da OAB-RS de criar uma CPI. Bins frisou que o governo trata dos números da crise financeira do Estado, incluindo os da segurança, com transparência. “O governo do Estado tem utilizado os recursos prioritariamente para as áreas mais relevantes, como saúde, segurança e educação, onde a sociedade clama por melhores serviços. Qualquer avaliação que seja feita verá que essa premissa tem sido cumprida”, rebateu Bins.

PUBLICIDADE

PUBLICIDADE



FOLHEIE O SEU JORNAL PREFERIDO NA TELA DO SEU COMPUTADOR. **51 3600.3636**
CENTRAL DO ASSINANTE

ACESSE

ASSINE AGORA

51 3591.2020

CENTRAL DE VENDAS DE ASSINATURAS

